

## **CARTA DENÚNCIA DOS MOVIMENTOS E ORGANIZAÇÕES DO BAIXO TAPAJÓS-AMAZONAS CONTRA A PORTARIA Nº 1.953 DO INCRA**

Os Movimentos e Organizações Sociais vêm por meio desta carta repudiar e denunciar a edição da Portaria nº 1.953, de 22 de setembro de 2022, do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, que torna sem efeito as Portarias nº 61 e nº 62 de 2006, que criaram os Projetos de Assentamento Coletivos Bela Terra I e Bela Terra II, no município de Belterra, estado do Pará.

O cancelamento de dois assentamentos restando 10 dias para as eleições, deixa claro os artifícios de desmonte de políticas públicas da reforma agrária na Amazônia. A superintendência do INCRA em Santarém durante 16 anos de criação, principalmente nos últimos quatro anos nada se movimentou para garantir a regularização ambiental e fundiária desses dois assentamentos coletivos, como medida mais fácil o Incra agora resolve extinguir os dois projetos.

A área em questão deveria ser destinada para comunidades que vivem principalmente da agricultura familiar, mas está agora aberta estrategicamente para a especulação imobiliária e para a expansão do agronegócio.

Destacamos que a Ação Civil Pública movida pelo MPF em 2007 contra o Incra e outros órgãos tinha como objetivo obrigar o governo federal a ajustar as centenas de projetos de assentamento no Oeste do Pará dentre esses os PACs Bela Terra I e II. O que não se resolve com os cancelamentos dos assentamentos. Com cerca de 21 km<sup>2</sup>, cerca de 2.941 campos de futebol de floresta amazônica.

A área se encontra próximo a uma Área de Proteção Ambiental – APA do Aramanaí e a uma Unidade de Conservação Federal, a Flona do Tapajós que já enfrentam problemas relacionadas a expansão da soja e da tentativa de construir portos. Dessa forma, a portaria favorece um setor do agronegócio e não os moradores locais, acirrando mais conflitos por terra. Portanto, os movimento e organizações se manifestam e pedem maiores explicações do Ministério Público do Estado do Pará e Ministério Público Federal, assim como denunciar tal política de destruição socioambiental.

**Assina a carta:**

**Associação de Mulheres Agricultoras Familiares de Mojuí dos Campos - FLORES DO CAMPO;**

**Associação Intermunicipal Das Mulheres Trabalhadoras Rurais Dos Municípios de Belterra e Mojuí – AMABELA;**

**Centro De Apoio A Projetos De Ação Comunitária – CEAPAC;**

**Concelho Indígena Tapajós e Arapiuns – CITA;**

**Conselho Indígena Tupinambá do Baixo Tapajós, Amazônia – CITUPI;**

**Federação das Organizações Quilombolas de Santarém – FOQS;**

**Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional – FASE;**

**Federação Das Associações De Moradores E Comunidades Do Assentamento Agroextrativista Da Gleba Lago Grande – FEAGLE;**

**Grupo Mãe Terra;**

**Grupo de Mulheres Quilombolas de Santarém - NA RAÇA E NA COR;**

**Grupo De Defesa Da Amazônia- GDA;**

**Maparajuba;**

**Movimento Tapajós Vivo – MTV;**

**Organização das Associações da Reserva Extrativista Tapajós Arapiuns – TAPAJOARA;**

**Pastorais Sociais Da Arquidiocese de Santarém;**

**Projeto Saúde e Alegria - PSA;**

**Rede de Notícias da Amazônia – RNA;**

**Sindicato Dos Trabalhadores Rurais Agricultores E Agricultoras Familiares Do Município De Belterra – STTR/BELTERRA;**

**Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Agricultores e Agricultoras Familiares de Santarém – STTR/SANTARÉM;**

**Sindicato dos Trabalhadores Rurais agricultores e Agricultoras Familiares de Mojuí dos Campos – STTR/MOJUÍ;**

**Sociedade para Pesquisa e Proteção do Meio Ambiente – SAPOPEMA;**

**Tapajós De Fato - TDF;**

**Terra De Direitos.**